
PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO
ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

Rui Alberto V. D. Rodrigues Mingas

PERSPECTIVAS DE COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E ANGOLA (*)

O tema sobre o qual fui convidado a dissertar é por demais extenso e nos últimos tempos tem sido objecto de tratamento profuso por parte de políticos, empresários, artistas, universitários, enfim, por toda uma plêiade de gente que faz a opinião deste País, pelo que peço desculpa a este ilustre auditório se cair em lugares-comuns. No entanto tentarei dar a visão dos angolanos do que poderá ser a cooperação entre os nossos Países, e na minha curta exposição tentarei lançar pistas para um debate sobre as perspectivas de cooperação PORTUGAL/ANGOLA.

Uma constatação se impõe desde logo. As perspectivas de cooperação entre Portugal e Angola são excelentes. Existe um quadro político caracterizado por relações muito amistosas entre os nossos Países; existe uma firme vontade política das duas partes em promoverem a cooperação em todos os domínios; existe um entendimento, cimentado em muitos anos de contactos, entre os agentes económicos angolanos e portugueses; existe um conhecimento profundo das realidades de ambos os Países por parte de portugueses e angolanos; existem profundos laços de amizade e fraternidade entre os nossos dois povos e Países. É nossa convicção de que os elementos atrás enunciados constituem a alavanca e a garantia de uma cooperação entre os dois Países, agora que Angola começa finalmente a viver em condições de paz, propiciadora da reconstrução económica, social e cultural do País.

Escolhi por questão de método debruçar-me sobre alguns domínios que reputo de essenciais e que reúnem um conjunto inegável de virtualidades para a cooperação entre os nossos Países: a cooperação na esfera da política, para a consolidação de instituições democráticas, e a educação dos angolanos nos valores democráticos; a reconstrução das infra-estruturas destruídas pela guerra e construção de novas infra-estruturas; a cooperação na agricultura

(*) Intervenção do Embaixador da República Popular de Angola, Dr. Rui Mingas, em 20 de Maio de 1992, no Seminário organizado pelo IDN, sob o tema: «A Evolução da Situação na África Austral».

e desenvolvimento rural; a cooperação no domínio da educação, saúde, assistência social e o elemento humano dessa cooperação; a cooperação empresarial e o investimento estrangeiro; a cooperação cultural, nomeadamente no domínio da formação de quadros — são estes os domínios, sem prejuízo de outros sobre os quais achem útil levarmos a cabo um debate, que considero de importância fundamental e que apresentam as condições mais propícias para o desenvolvimento da cooperação e a base do desenvolvimento socio-económico de Angola.

Angola, obtida a paz, ganha a estabilidade política e social, encetará com toda a energia o processo de reconstrução, tarefa ciclópica e para cuja concretização a cooperação internacional é absolutamente imprescindível. A reconstrução do País, esmagado por 16 anos de guerra selvática, é o anseio mais profundo dos angolanos. Quando for chegada a hora, e o muito que já se realizou após a assinatura do Acordo de Paz é sintomático desse estado de espírito, lançarão mãos à obra com toda a determinação, mas, por si sós, sem capital, o «Know how» e a ajuda internacional, esse esforço poderá estar condenado ao fracasso.

A reconstrução de Angola terá de ser feita em todos os domínios da vida.

Em primeiro lugar avulta o domínio político, no qual será necessária a continuação de uma grande ajuda e participação da comunidade internacional para que a democracia, pilar e sustentáculo da paz em Angola, possa trinar, enraizar-se e criar instituições sólidas. Consideramos essencial que a comunidade internacional continue a ajudar os angolanos no domínio político, nomeadamente na construção das instituições democráticas, na educação dos princípios da tolerância política e cívica, na luta pela preservação da paz, no respeito pelos direitos humanos e na modelação de uma mentalidade de abertura ao mundo. É evidente que a participação de instituições portuguesas em projectos de cooperação neste domínio é indispensável, não só pela questão da língua mas igualmente pela trajectória política comum dos nossos povos durante muitos anos e por uma certa indentidade de mentalidade entre portugueses e angolanos.

Coloca-se a Angola como tarefa fundamental e base para o desenvolvimento do País e para a qual a cooperação internacional é absolutamente indispensável, pelo capital e meios técnicos envolvidos, a reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra, nomeadamente estradas, pontes, caminhos de ferro, portos, etc. Quanto a nós é na reconstrução de infra-estruturas

que os esquemas de cooperação trilateral, envolvendo Portugal, Angola e terceiros Países, apresentam maiores virtualidades. Implicando investimentos muito vultuosos, a reconstrução de infra-estruturas, aos quais Portugal e Angola dificilmente poderão fazer face, há a possibilidade de constituição de consórcios nos quais Portugal, para além da contribuição financeira poderá participar com quadros e meios técnicos, usufruindo de excelentes vantagens comparativas. Neste domínio, Angola espera que Portugal se assuma efectivamente como um «broker» e que seja um importante elemento catalizador desta importantíssima e urgente tarefa que condiciona todos os programas de desenvolvimento económico e social de Angola.

Outro elemento vital na reconstrução económica do País é a agricultura, sector que a guerra deixou em estado calamitoso e para cuja reabilitação serão necessários grandes esforços em músculo, capital e na formulação de políticas inteligentes.

Angola tem imensas potencialidades agrícolas e inscreveu como prioridade da sua política económica a agricultura, o desenvolvimento rural e a segurança alimentar. Também no domínio agrícola Angola irá necessitar da cooperação internacional e em particular portuguesa, seja para a satisfação da procura em produtos alimentares ou na produção de bens de exportação, como o café, sisal, banana, algodão, etc. Angola vê-se confrontada com a dramática situação do mundo rural ter sido completamente destruído pela guerra e pela necessidade da sua reconstrução. Essa reconstrução passa pela criação de condições de vida decentes para o homem do campo e por um genuíno desenvolvimento rural que passa pelo fornecimento de água potável, educação, cuidados primários de saúde, técnicas e implementos agrícolas.

Esta é uma tarefa não apenas económica mas também social a que Portugal e os portugueses, com o vasto conhecimento que têm de Angola e o profundo carinho que dedicam a Angola e aos angolanos, poderão dar uma contribuição importante. É evidente que o desenvolvimento rural não é susceptível de dar grandes lucros a grupos económicos ou de interesses, mas é uma tarefa social da maior importância nacional e sobre ela assentará a realização e a verdadeira emancipação dos angolanos.

A nível da Convenção de Lomé está inscrita uma larga percentagem de fundos no quadro do Programa Indicativo Nacional para Angola, para o desenvolvimento rural. As organizações não Governamentais portuguesas e angolanas poderão neste âmbito jogar um papel importantíssimo já que o

desenvolvimento rural, exigindo uma estratégia de desconcentração, oferece enormes potencialidades para uma cooperação efectiva, não muito onerosa e de importância fundamental para a esmagadora maioria da população angolana e uma base mais sólida para o desenvolvimento económico e social do País.

Ainda no âmbito da reconstrução do País, vectores sociais como a educação, saúde, assistência social, e outros, constituem grandes preocupações dos angolanos, e irão necessitar de grandes investimentos e da cooperação internacional de modo a podermos reabilitar esses serviços essenciais para a população, podermos projectar o futuro, através de uma educação melhor para as crianças angolanas, da prestação de melhores serviços de saúde e da concessão de uma assistência social efectiva e uma população que tem no seu seio uma importante percentagem de estropiados, vítimas da guerra, e reconstruirmos o tecido social angolano de modo a abordarmos o futuro de maneira mais construtiva e optimista, com uma população mais educada, mais saudável e para a qual a solidariedade social seja um bem palpável.

No domínio da medicina, da educação, da assistência social, Angola tem um défice de quadros gritante e irá necessitar de preencher com mão-de-obra expatriada essas necessidades. É claro que teremos de encontrar um quadro político apropriado e inovador para colmarmos essa necessidade, não caindo no erro do passado, quando o País contratava cooperantes no âmbito de assistência técnica, para os quais Angola representava tão-somente a possibilidade de auferirem chorudos salários. Nós desejamos e deveremos encontrar o quadro apropriado para que a mão-de-obra expatriada que for para Angola o faça num quadro de efectiva inserção na vida angolana e que deseje partilhar com os angolanos o grande esforço nacional que a reconstrução do País irá implicar. Só através dessa comunhão de objectivos entre angolanos e expatriados, de entre os quais avultam em primeiro lugar os portugueses, será possível criar bases sólidas para o desenvolvimento do País e estabelecer uma cooperação que ultrapasse os meros cálculos do lucro a curto prazo e possa contribuir, no caso vertente da cooperação portuguesa, para o estabelecimento de uma autêntica comunidade lusitana de cultura, de propósitos e objectivos. E não percamos de vista que o factor humano, aquele que possibilita o caldeamento de culturas, a interacção entre os povos, a mistura entre as raças, constitui o elemento mais sólido, vívido e perene que poderá projectar a cooperação para níveis mais elevados de

intercâmbio e para a criação de verdadeiras comunidades de cultura e de interesses.

O Governo Angolano está profundamente empenhado na conclusão do processo de paz, na construção de uma sociedade democrática e pluralista e na consolidação de uma economia de mercado, enquanto pressupostos de base para atrair os investidores estrangeiros e todos aqueles que queiram contribuir para a recuperação económica do País. Neste contexto, Angola encara o investimento estrangeiro, particularmente o investimento directo português numa óptica positiva, como fonte de progresso e para a obtenção dos fluxos financeiros necessários à recuperação dos sectores produtivos e de serviços. A corroborar esta afirmação, governantes angolanos têm declarado o quanto Angola espera do investimento directo português e da cooperação empresarial, o que vai para além de meras aplicações de capital.

Sendo certo que Angola encontra inúmeros obstáculos limitativos do seu desenvolvimento, de entre os quais a carência de mão-de-obra qualificada, a inexistência de infra-estruturas sustentadas e a falta de condições para a criação de economias externas, é também certo que o País tem imensas potencialidades e grande necessidade de reconstruir o sistema produtivo nacional.

Angola espera vivamente que os empresários portugueses participem na reconstrução do aparelho produtivo, pois apesar da integração de Portugal na CE e da entrada em vigor do Mercado Único essa participação corresponde à necessidade de as empresas portuguesas diversificarem as suas relações económicas.

Assim, cremos que a cooperação portuguesa se reveste de características próprias e esperamos a plena integração do investimento português na economia angolana, a transferência real e concreta de conhecimentos tecnológicos e a realização de programas de formação profissional, exigindo-se do empresariado português em Angola uma efectiva cooperação empresarial que suplante o imediato e se projecte no futuro.

Consideramos de grande importância a intervenção da cooperação portuguesa em todas as áreas que possam significar diversificação da estrutura produtiva nacional; constituição de núcleos de modernização da actividade económica; reconstituição da economia agrícola empresarial; aumento da capacidade técnica média do País e recomposição da capacidade de acumu-

lação nacional, nomeadamente através da geração de divisas e pela implementação de um sistema de intermediação financeira eficaz que constitua uma ponte segura de financiamento das actividades produtivas.

O Governo Português poderá jogar um papel decisivo no capítulo da cooperação empresarial e, desde já, o Governo Angolano gostaria de ver o Governo Português facilitar o processo de transferência de actividades económicas de baixa intensidade tecnológica e de transferência de capitais para ajudar a estruturar o sistema financeiro angolano, bem como o funcionamento eficaz do Fundo para a Cooperação e a concessão de estímulos aos empresários portugueses que pretendam cooperar com Angola. O Governo Angolano, por seu lado, deverá levar a cabo um forte combate à burocracia, uma reforma institucional profunda, a concessão de facilidades de instalação aos empresários portugueses e de acesso ao crédito externo.

A cooperação portuguesa na formação de quadros é, quanto a nós, o domínio em que o investimento português poderá constituir-se, a longo prazo, como mais remunerador e a melhor garantia da presença cultural e humana de Portugal em Angola.

Angola necessita com a máxima urgência de formar quadros em todos os sectores de actividade, seja para o ensino, agricultura, indústria, comércio, saúde, administração pública, etc., Portugal reúne as capacidades e os meios para colaborar em larga escala na formação de quadros angolanos, e é nossa convicção que, atendendo aos limitados recursos financeiros, numa perspectiva que ultrapasse o imediatismo e se inscreva no longo prazo.

Essa cooperação daria, em primeiro lugar, um grande contributo ao lançamento de bases sólidas para o desenvolvimento de Angola e poderia contribuir para a formação de uma geração de pessoas, em Angola e em Portugal, irmanadas nesse grande objectivo de dar um salto qualitativo na mudança da paisagem cultural angolana. Os angolanos seriam educados na língua portuguesa e seria proporcionado a um grande número o conhecimento de Portugal, da sua cultura, seus hábitos, suas instituições, e estabelecidas relações humanas de perenidade com Portugal e os portugueses.

O engajamento português na formação em larga escala de quadros angolanos poderia ser uma tarefa que toda a sociedade portuguesa inscreveria como prioridade nacional. As Universidades, escolas politécnicas, escolas secundárias, institutos de formação profissional, empresas, institutos especializados, hospitais, autarquias, órgãos centrais da administração do Estado,

enfim, toda a sociedade portuguesa poderia ser chamada a colaborar neste esforço ingente enquanto garantia mais firme para consolidação da paz, da democracia e dos laços fraternos entre Portugal e Angola. Estamos em crer que Portugal, Angola e outros países num esforço coordenado poderão mobilizar os recursos necessários a um grande esforço para a formação escolar académica e profissional dos angolanos, enquanto objectivo de grande alcance nacional e argamassa do nosso relacionamento futuro e o mais remunerador de todos os investimentos que se poderão projectar para Angola.

Rui Alberto V. D. Rodrigues Mingas
Embaixador da República Popular de Angola